



Ata de ANÁLISE E JULGAMENTO DOS RECURSOS APRESENTADOS PELAS EMPRESAS
SANERIO ENGENHARIA LTDA, MATTER EMPREENDIMENTOS LTDA e COMERCIAL DE
EQUIPAMENTOS CNL DE SÃO GONÇALO LTDA ME.

Tomada de Preços de nº 015/2019 - Processo nº 9.666/2019

Aos dezanove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove, às 14:00 horas à Rua Coronel Madureira, nº 77, Centro, Saquarema, reuniu-se a Comissão de Licitação sob a Presidência do Senhor Samuel Aranda Neto, estando presentes os demais membros: Jaqueline Gouveia da Silva, Flavio Fernandes José da Silva, Guilherme Vinicius e Castro Silva da Silveira e Ricardo Sodré Aguiar nomeados através da Portaria Nº 542 de 11 de julho de 2019, para análise e julgamento dos recursos apresentados pelas empresas licitantes face a inabilitação no certame. A licitação ocorre na modalidade Tomada de Preços de nº 015/2019 do tipo menor preço global, ref. do Processo nº 9.666/2019, onde será classificada a proposta que apresentar o menor valor global sob regime de execução indireta por empreitada por menor preço global visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE URBANIZAÇÃO DA ORLA DE JACONÉ, NO EIXO AV. 1, NO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ.** A CPL tratará na presente Ata os três recursos das empresas como segue: 1) Recurso Administrativo apresentado pela empresa **COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS CNL DE SÃO GONÇALO LTDA ME** sob nº. 13978/19: Inicialmente a empresa **CNL** se manifesta para se manter a inabilitação das empresas **SANERIO CONSTRUÇÕES LTDA e MATTER EMPREENDIMENTOS LTDA**, a primeira pelo não atendimento do item 8.1.2.5. A segunda pelo não atendimento dos itens 8.1.3.1 ao 8.1.3.4 ambos do edital de licitação. No mérito alega a **CNL** que o responsável técnico da empresa se encontra com vínculo empregatício a título de prestador de serviços devidamente registrado no CAU/RJ. Alega ainda que os docs. de fls. 02 e 03 atesta o registro do profissional, responsável técnico da empresa junto ao CAU. Alega, erro material da CPL na sua inabilitação, e que a recorrente foi habilitada. No pedido, requer o recebimento do recurso, aplicação do efeito suspensivo e seja dado provimento ao recurso para sua habilitação. Vistos e examinados os autos do processo de recurso e o parecer técnico da Secretaria de Obras e Urbanismo, entende que razão assiste ao recorrente - **CNL DE SÃO GONÇALO**. A análise da habilitação jurídica da CPL decidiu pela habilitação da empresa. Em seu parecer a Secretaria de Obras e Urbanismo se manifesta que "...não foi identificado comprovante empregatício,...", na forma do item 8.1.2.2.1 do edital, e prossegue, assim: "Sendo assim, a Secretaria de Obras e Urbanismo deixa a cargo do setor de licitação a habilitação da forma da legislação vigente.". Neste conseqüente esta CPL tem aplicado o princípio do formalismo moderado. De certo, a comprovação de vínculo pelo responsável técnico é cristalina em apresentar seu registro junto ao CAU. Entendimento diferente seria de cercear a ampla competitividade em que se busca a melhor(vantajosa) proposta para administração pública. Assim, é de se entender que o item 8.1.2.2.1 do edital se encontra atendida com a documentação de fl. 02/03 da empresa **CNL**, bem como ainda com as demais documentações de juntada aos autos na habilitação técnica que comprovam a vinculação do responsável técnico junto a empresa. 2) Recurso Administrativo apresentado pela empresa **SANERIO ENGENHARIA LTDA** sob nº 13973/19: Em síntese, se manifesta a recorrente **SANERIO**, alegando que atendeu as condições do edital apresentando



atestado do município do Rio de Janeiro, entendo atendido o item 8.1.2.5 do edital. Ao final requer provimento do recurso para considera-la apta a participar da licitação e a abertura de seu envelope. A CPL encaminhou o recurso a Secretaria de Obras e Urbanismo para ciência e manifestação. A Secretaria de Obras e Urbanismo se manifestou favorável ao recurso apresentado e se manifesta no sentido de “...opta pela habilitação técnica da empresa **SANERIO CONSTRUÇÕES LTDA.**” 3) Recurso Administrativo apresentado pela empresa **MATTER EMPREENDIMENTOS LTDA** sob nº 13972/19: Em síntese se manifesta a recorrente **MATTER** que a empresa não pode ser impedida de participar por não possuir o balanço patrimonial, por ser sua existência inferior a 1 ano. Alega apresentação de “balanço de Abertura”. Alega ainda, que atendeu a situação econômico-financeira e que já foi anteriormente habilitada em outros processos. Alega também, que possui o capital mínimo exigido em edital. Ao final requer o provimento do recurso para reformar a decisão e a declarar habilitada. Vistos e examinados os documentos apresentados pela recente **MATTER**, em consulta técnica a CPL firmou seu entendimento que não houve por parte da recorrente **MATTER** comprovação que a mesma não atendeu o capital mínimo. Registre-se ainda que, na parte de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, a CPL em consulta técnica para analisar o contrato social e o balanço apresentado pela **MATTER** não se traduziu no atendimento do item 8.1.3.4 (Comprovação de possuir patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para esta licitação.) que indica o item 4.1 do edital valor estimado de R\$ 2.658.273,01 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil duzentos e setenta e três reais e um centavo), sendo o valor de patrimônio líquido de 265.827,30 (duzentos e sessenta e cinco mil e oitocentos e vinte e sete reais e trinta centavos), o que não se identifica no balanço, mas somente a importância de R\$ 49.777,00, na conta Circulante e Disponível. Ao declarar em seu contrato social o capital de 7.000.000,00 (sete milhões) em moeda corrente do País, “totalmente subscrito e integralizado”, não se encontra tal situação em seu Balanço Patrimonial. Logo não se identifica o capital mínimo de R\$ 265.827,30, atendido pela empresa. Por tudo isto, a CPL entende que não assiste razão a recorrente **MATTER** pelo não atendimento dos itens 8.1.3.1 ao 8.1.3.4 do edital de licitação. Em prosseguimento, nos termos da análise da Secretaria de Obras e Urbanismo, e da análise desta CPL, **DECIDE a CPL**, pela **INABILITAÇÃO** da empresa **MATTER EMPREENDIMENTOS LTDA**, nos fundamentos acima expostos, e pela **HABILITAÇÃO** das empresas **SANERIO CONSTRUÇÕES LTDA.** e **COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS CNL DE SÃO GONÇALO LTDA ME**, nos termos dos fundamentos acima expostos. Encaminhe a PGM para ciência e emissão de parecer jurídico. Não havendo mais nada a acrescentar foi encerrada a sessão às 17:00 horas, da qual eu, Guilherme Vinícius e Castro Silva da Silveira, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Samuel Aranda Neto
Presidente da Comissão de Licitação

Ricardo Sodré Aguiar
membro

Jaqueline Gouveia da Silva
membro

Flavio Fernandes José da Silva
membro

Guilherme Vinícius e Castro S. da Silveira
membro